

**NOCELLA II, A. J.; SORENSON, J.; SOCHA, K. E MATSUOKA, A. (Eds.) (2014). DEFINING CRITICAL ANIMAL STUDIES: AN INTERSECTIONAL SOCIAL JUSTICE APPROACH FOR LIBERATION. NOVA IORQUE: PETER LANG**

Anabela Santos

---

No volume “Defining Critical Animal Studies: An Intersectional Social Justice Approach for Liberation”, Anthony J. Nocella II, John Sorenson, Kim Socha e Atsuko Matsuoka apresentam as fundações epistemológicas, teóricas e metodológicas de um campo emergente nas academias ocidentais: os Estudos Críticos dos Animais (ECA). Sob a influência da teoria crítica, dos estudos anarquistas, da ecopedagogia e dos princípios da justiça social, os ECA emergem como uma área interdisciplinar que procura estabelecer, de forma holística e concertada, um movimento de libertação humana, animal e ecológica.

Em 2007, um ano após a red denominação do centro que esteve na origem dos ECA para Institute for Critical Animal Studies, Steven Best, Anthony J. Nocella II, Richard Kahn, Carol Gigliotti e Lisa Kemmerer estabeleceram os dez princípios edificantes deste campo de estudos. Como refere a nota introdutória deste livro, os Estudos Críticos dos Animais pautam-se pela necessidade de promover a interdisciplinaridade; uma academia ativista e comprometida politicamente com a justiça social; a investigação científica dirigida para a ação; a compreensão interseccional dos sistemas de opressão; a política radical anti-capitalista; políticas de solidariedade; a política de libertação total; a desconstrução crítica do pensamento binário; o ativismo radical; e o diálogo aberto entre diferentes atores sociais.

No sentido de explorar detalhadamente os princípios basilares dos Estudos Críticos dos Animais, este volume reúne um conjunto de dez artigos, elaborados em coautoria, que se encontram divididos em cinco partes específicas, a saber: interdependência, unidade, academia crítica, educação radical e ação contestatória nas ruas.

Na primeira parte, o capítulo “An Overview of Anthropocentrism, Humanism, and Speciesism in Critical Animal Theory”, de Adam Weitzenfeld e Melanie Joy, conceptualiza o antropocentrismo como uma das manifestações ideológicas do paradigma humanista, que sustenta a supremacia humana sobre os animais não-humanos. Sob a égide da Teoria Crítica Animal, as/os autoras/es consideram que o humanismo antropocêntrico se correlaciona, reforça e legitima o especismo, isto é, o complexo de instituições sociais e discursos culturais que garantem a subordinação dos animais não-humanos e o apagamento das suas perspetivas, interesses e subjetividades. O carnismo é introduzido neste capítulo como a maior expressão da ideologia especista, na medida em que categoriza os animais não-humanos por graus de importância, ontologizando apenas alguns destes como “edíveis” ou bens de consumo. Weitzenfeld e Joy advogam a adoção

da praxis vegana de modo a desafiar as estruturas de poder opressivas, os discursos socioculturais e as perceções individuais. Enformado pela crítica feminista, teoria racial crítica, justiça ambiental e criminologia ambiental, o capítulo “Ecological Defense for Animal Liberation: A Holistic Understanding of the World”, de Amy J. Fitzgerald e David Pellow, destaca a importância da interseccionalidade para a compreensão do modo como diferentes sistemas de opressão interagem para produzir contextos de desigualdade, hierarquia e dominação. Fitzgerald e Pellow detêm-se, em particular, no modo como o antropocentrismo e o especismo se reforçam mutuamente através da manutenção do binómio “cultura-natureza”. À semelhança das demais dicotomias (e.g. homem-mulher, animal-humano, civilizado-selvagem), o binómio “cultura-natureza” baseia-se numa relação hierárquica, na qual a categoria dominante (“cultura”) é normalizada e privilegiada relativamente à categoria oposta (“natureza”). Como assinalam Fitzgerald e Pellow, a presunção da superioridade dos indivíduos humanos sobre os animais não-humanos (e daqueles grupos que têm sido convencionalmente associados à “natureza”, como as mulheres e as pessoas negras) tende a ser perpetuada no contexto ocidental. A desconstrução crítica do pensamento binário surge, pois, como uma condição imprescindível para a abolição do paradigma antropocêntrico e especista.

Na segunda parte, o capítulo “Until All Are Free: Total Liberation through Revolutionary Decolonization, Groundless Solidarity, and a Relationship Framework”, de Sarat Colling, Sean Parson e Alessandro Arrigoni, discute a conceção de “libertação total” de Steven Best (2011) - a qual destaca a necessidade de promover, de forma holística, a libertação humana, animal e ecológica -, procurando expandir esta formulação a partir das teorias pós-coloniais. Estas/es autoras/es sustentam que a “libertação total” pressupõe, de forma indelével, a transformação individual e a ação revolucionária (“revolutionary decolonization”), políticas de solidariedade (“groundless solidarity”) e a consideração das relações de interdependência que os sujeitos humanos e não-humanos estabelecem entre si (“relationship framework”). Para Colling, Parson e Arrigoni, os princípios supra-mencionados são essenciais para combater o capitalismo global e os inúmeros mecanismos que este utiliza para reprimir a descolonização, a solidariedade e a ajuda mútua, bem como para obstar a promoção de uma ética individual e social. No capítulo “One Struggle”, Stephanie Jenkins e Vasile Stănescu introduzem o conceito de “veganismo comprometido” como uma praxis individual/social que visa pôr fim à instrumentalização dos animais não-humanos e a todas as dimensões do complexo industrial de exploração animal (e.g. alimentação, vestuário, experimentação científica, entretenimento). Enquanto expressão de uma visão integrada sobre a justiça social, que é passível de ser enquadrada na ética radical do cuidado, o “veganismo comprometido” antagoniza com o “veganismo de boicote”: diferentemente do último, o primeiro opõe-se às instituições capitalistas, às estruturas sociais neoliberais e à circunscrição do ativismo (vegano ou anti-especista) ao boicote económico. Jenkins e Stănescu sustentam, assim, que o “veganismo comprometido” e a articulação deste com a luta anti-capitalista permitirão combater, de forma sustentada, os múltiplos “-ismos” da opressão.

A terceira parte do livro é iniciada pelo capítulo “The Ivory Trap: Bridging the Gap between Activism and the Academy”, de Carol L. Glasser e Arpan Roy. O difícil acesso às

instituições académicas, a presunção da objetividade no processo de produção científica, as hierarquias metodológicas, o policiamento das fronteiras disciplinares e a marginalização temática (sobretudo de tópicos relacionados com a justiça social) são identificados como os principais obstáculos à articulação efetiva entre a academia e o ativismo. Para Glasser e Roy, a investigação científica deve ser dirigida para a ação, sustentada por uma relação simbiótica com os membros de determinada comunidade, no sentido de fomentar e expandir políticas de (auto)emancipação. Kim Socha e Les Mitchell, que assinam o capítulo “Critical Animal Studies as an Interdisciplinary Field: A Holistic Approach to Confronting Oppression”, discutem a importância da interdisciplinaridade para superar a fragmentação do conhecimento científico e a compreensão segmentada dos fenómenos sociais. Recorrendo a estudos de caso para demonstrar os mecanismos de inclusão dos Estudos Críticos dos Animais em diferente campos de saber, Socha e Mitchell sustentam que a erradicação de regimes de poder e de assunções opressivas exige, de forma indubitável, uma colaboração interdisciplinar na investigação académica e na praxis social.

Na quarta parte, o capítulo “Radical Humility: Toward a More Holistic Critical Animal Studies Pedagogy”, de Lauren Corman e Tereza Vandrovcová, questiona o paradigma de vitimização que enforma, frequentemente, a (re)construção social dos animais não-humanos. Influenciadas pela crítica feminista e pedagogia crítica - que afirmam a capacidade de resistência, a agência e as diversas formas de subjetividade -, as autoras sustentam a necessidade de olhar os animais não-humanos não só como objetos de opressão, mas também como sujeitos ativos no seu processo de libertação. Para Corman e Vandrovcová, importa promover representações heterogéneas e interseccionais sobre os animais não-humanos, sobretudo na academia, no ativismo e no ensino, potenciando a consciência crítica e modelos relacionais emancipatórios. O capítulo “Engaged Activist Research: Challenging Apolitical Objectivity”, de Lara Drew e Nik Taylor, tece uma crítica à imbricação dos valores de neutralidade e de objetividade no exercício da investigação científica, assumindo-os como expressões de poder e dos interesses dos grupos hegemónicos. Drew e Taylor relevam a necessidade de afirmar as orientações ideológicas e políticas que subjazem à produção do conhecimento, as quais envolvem no âmbito dos Estudos Críticos dos Animais uma crítica ao capitalismo, imperialismo e hierarquia, bem como ao hetero/cis/ssexismo, racismo, ableísmo, especismo, classismo, entre outros. Embora reconheçam a academia como uma instituição apolítica, liberal e conservadora (e, por conseguinte, contrária aos princípios fundadores dos ECA), Drew e Taylor acreditam que a investigação pode ser configurada como um ato de resistência e um instrumento essencial para o desenvolvimento das comunidades, para o ativismo e para a transformação social (radical).

Por fim, a quinta parte inclui o capítulo “From the Classroom to the Slaughterhouse: Animal Liberation by Any Means Necessary”, no qual Jennifer Grubbs e Michael Loadenthal começam por refletir sobre o modo como a academia se converteu numa máquina neoliberal que, fundamentalmente, serve as elites capitalistas, mercantiliza o conhecimento e transforma as/os estudantes em meros agentes de consumo. Grubbs e Loadenthal discorrem sobre o lugar da ação direta não violenta no campo dos Estudos Críticos dos Animais, exploram as tensões vividas por académicas/os envolvidas/os em

formas ilegais de ativismo, assim como abordam a marginalização dos ECA no contexto universitário. Destacam ainda a importância da reflexividade, da colaboração e do combate ao neoliberalismo na academia e no ativismo como condição essencial para a consecução da libertação total. Richard J. White e Erika Cudworth encerram esta derradeira parte com o capítulo “Taking it to the Streets: Challenging Systems of Domination from Bellow”, no qual desenvolvem uma crítica à exploração dos animais não-humanos a partir das teorias anarquistas (clássicas), particularmente do pensamento de Élisée Reclus. Reconhecendo a necessidade de ir além da macropolítica de contestação, que é associada comumente aos movimentos sociais, White e Cudworth conceptualizam a ação individual como um foco de resistência e de poder contra a manutenção da dominação inter-espécies. Em anuência com Brian Dominick (1997), que (re)coloca as práticas individuais no centro da praxis anarquista, White e Cudworth sustentam que a micropolítica do quotidiano encerra um potencial inegável para desmantelar, no tempo de “agora”, os sistemas interseccionais de opressão, através de estratégias como escolhas de consumo, a promoção da academia ativista, a organização de manifestações públicas, a ação direta através de desobediência civil, etc.

De forma indubitável, o volume “Defining Critical Animal Studies: An Intersectional Social Justice Approach for Liberation” constitui um recurso didático importante e uma ferramenta indispensável para indivíduos, grupos e comunidades que atuam em defesa daquelas/es cuja existência é ameaçada pela exploração, opressão e morte. Não obstante as limitações epistemológicas e teórico-metodológicas (e.g. formulações repetitivas, reflexão pouco profunda sobre métodos de investigação, operacionalização superficial de conceitos fundamentais no âmbito dos ECA), este livro emerge como uma contra-narrativa que interpela não só os silêncios, omissões e ausências de uma academia que é relutante em transcender o paradigma antropocêntrico, mas também o modo como se faz ciência no contexto do capitalismo neoliberal. Representa, certamente, um momento importante na consolidação dos Estudos Críticos dos Animais e na prefiguração de novos trilhos de pensamento, reflexão e ativismo político.

Anabela Santos é bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, frequentando atualmente o Programa Doutoral FCT em “Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade” (Universidade do Minho). É mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho e em Ciência Política pela Russian State University for the Humanities. Os seus principais interesses de investigação incluem os estudos feministas dos média, os estudos críticos dos animais, as teorias da interseccionalidade e os estudos anarquistas. É ativista feminista, bem como participa no movimento LGBTQIA+ e no movimento pela libertação animal.

E-mail: amsantos86@gmail.com

Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, Campus de Gualtar 4710-057  
Braga Portugal

\* **Submetido: 16-02-2015**

\* **Aceite: 20-04-2015**